

Memória migratória, identidade e anticiganismo sob o olhar anarquista de Cláudio Domingos Iovanovitchi

Migratory memory, identity and anti-gypsyism through the anarchist eyes of Cláudio Domingos Iovanovitchi

Memoria migratoria, identidad y antigitanismo bajo la mirada anarquista de Cláudio Domingos Iovanovitchi

 Brigitte Grossmann Cairus

Centro Universitário Leonardo da Vinci - Brasil
Indaial, Brasil
brigitte.cairus@uniasselvi.com.br

RESUMO

O elemento étnico cigano está presente no Brasil desde o início do período colonial. Não obstante este traço de legitimidade histórica no tecido social brasileiro, sua trajetória é marcada por matizes de intolerância, marginalidade e alteridade extremas, de caráter deletério. Décadas depois de afro-brasileiros e indígenas terem conquistado sanção oficial, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva finalmente reconheceu os ciganos brasileiros como uma minoria importante do Brasil multicultural ao inaugurar o Dia Nacional do Cigano, em 2006. Mas a luta por direitos de cidadania e visibilidade étnica começou, através da agência cigana, anos antes, em finais da década de 1980. Através do emprego de uma abordagem mais fluída da história oral italiana contemporânea, este texto apresenta o depoimento do líder Rom Cláudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI) de Curitiba, Paraná desde 1995 e desbravador étnico político cigano em Brasília. Cláudio discorre acerca de suas memórias diaspóricas familiares; se preocupa com o fenômeno da globalização cultural; enxerga o nomadismo tanto como consequência da alteridade gerada pelo anticiganismo, bem como um viabilizador de novos caminhos e de novos encontros; analisa as disputas e políticas étnicas estabelecidas em Brasília e promove, através de sua memória familiar, uma reflexão acerca do silêncio acerca do *Porrajmos*, o holocausto cigano. A partir do olhar cigano, o depoimento oferece uma compreensão transnacional do anticiganismo, bem como uma elucidação acerca da historicidade das políticas étnicas ciganas nacionais, com suas devidas disputas entre ciganos e não ciganos em Brasília.

Palavras-chave: Ciganos; Holocausto Cigano; Memória; Identidade; Política Étnica.

ABSTRACT

The gypsy ethnic element has been present in Brazil since the beginning of the colonial period. Notwithstanding this trace of historical legitimacy in the Brazilian social fabric, its trajectory is marked by nuances of extreme intolerance, marginality, and otherness, of a deleterious character. Decades after Afro-Brazilians and Indigenous people gained official sanction, the government of President Luís Inácio Lula da Silva finally recognized Brazilian Roma as an important minority of multicultural Brazil by inaugurating National Gypsy Day in 2006. Nonetheless, the fight for rights of citizenship and ethnic visibility began, through the Gypsy agency, years earlier, in the late 1980s. With a more fluid approach to contemporary Italian oral history, this text presents the testimony of the Roma leader Cláudio Iovanovitchi, president of the Association of Preservation of Gypsy Culture (APRECI) from Curitiba, Paraná since 1995 and a gypsy ethnic political trailblazer in Brasília. In the testimony, Claudio narrates his family diasporic memories and his concerns on the phenomenon of cultural globalization. He understands nomadism as a consequence of the alterity generated by antiziganism, as well as an enabler of new paths and new encounters; he analyzes the ethnic disputes and policies established in Brasília and promotes, through his family memory, a reflection on the silence about Porrajmos, the gypsy holocaust. From the Gypsy perspective, the testimony offers a transnational understanding of antiziganism, as well as an elucidation of the historicity of national Gypsy ethnic policies, with their due disputes between Gypsies and non-Gypsies in Brasília.

Keywords: Roma; Gypsy Holocaust; Memory; Identity; Ethnic Politics.

RESUMEN

El elemento étnico gitano ha estado presente en Brasil desde el inicio del período colonial. No obstante, este rastro de legitimidad histórica en el tejido social brasileño, su trayectoria está marcada por matices de extrema intolerancia, marginalidad y alteridad, de carácter deletéreo. Décadas después de que los afrobrasileños e indígenas obtuvieran la sanción oficial, el gobierno del presidente Luís Inácio Lula da Silva finalmente reconoció a los gitanos brasileños como una minoría importante del Brasil multicultural al inaugurar el Día Nacional del Gitano en 2006. Pero la lucha por los derechos de ciudadanía y visibilidad étnica comenzó, a través de la agencia gitana, años antes, a fines de la década de 1980. Mediante el uso de un enfoque más fluido de la historia oral italiana contemporánea, este texto presenta el testimonio del líder Rom Cláudio Iovanovitchi, presidente de la Asociación para la Preservación de la Cultura Gitana (APRECI) de Curitiba, Paraná desde 1995 y pionero de la política étnica gitana en Brasilia. Claudio habla de los recuerdos diaspóricos de su familia; se preocupa por el fenómeno de la globalización cultural; ve el nomadismo como una consecuencia de la alteridad generada por el antigitanismo, así como como un facilitador de nuevos caminos y nuevos encuentros; analiza las disputas y políticas étnicas instauradas en Brasilia y promueve, a través de su memoria familiar, una reflexión sobre el silencio sobre Porrajmos, el holocausto gitano. Desde la perspectiva gitana, el testimonio ofrece una comprensión transnacional del antigitanismo, así como una elucidación de la historicidad de las políticas étnicas gitanas nacionales, con sus debidas disputas entre gitanos y no gitanos en Brasilia.

Palabras clave: Gitanos; Holocausto Gitano; Memoria; Identidad; Política Étnica.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil os zíngaros encontraram um paiz propício as suas actividades. Aqui se fixaram, em diversos Estados, os de todas as origens. Os da Yugoslavia habitam de preferência Rio Grande do Sul, Bahia, Pará e Pernambuco; os da Rumania vivem em Sao Paulo; os da Grécia, nesta capital e no Estado do Rio. Porém, nos Estados mencionados e nos outros, de norte a sul, existem ainda numerosos núcleos que agrupam ciganos de várias procedências, como sejam da Albânia, da Sérvia, da Polônia, da Rússia, da Bulgária, da Hungria e etc. [sic passim] (China, 1936, p.299).

O Brasil recebeu, em sua maioria, dois grandes grupos de ciganos, os calons ibéricos e os roms extraibéricos, provindos da Europa Oriental. Os primeiros chegaram aqui já no século XVI, muitas vezes através do degredo para as colônias. Estes últimos migraram muito mais tarde, a partir de meados do século XIX. Além de calons e roms, chegaram aqui também pouquíssimos ciganos sintis, estes não chegaram a formar uma comunidade expressiva no Brasil (Moonen, 1999).

Os ciganos rom migraram, na virada do século passado, de diferentes regiões da Europa e, apesar de apresentarem uma identidade étnica cigana supranacional (Guimaraes, 2012, p.10), compartilham entre seus grupos mais de uma nacionalidade, incluindo a italiana, a tcheca, a romena, a húngara, a iugoslava, a russa e a grega. Devido aos laços transnacionais e as múltiplas diásporas e que uma família ou grupo cigano poderia sofrer durante o século dezenove e vinte, não era incomum terem mais de uma nacionalidade. Em “Memórias de um Cigano”, lemos um belo exemplo narrado pelo Rom Victor Vishnevsky, de etnia Lovara Russa, que nasceu em Shanghai, em 1931, possui cidadania iraniana e é residente no Brasil desde 1960 (Vishnevsky, 1999). Segundo Teixeira (2007), a maior parte dos ciganos Rom migraram para o Brasil no final do século XIX, juntamente com a primeira grande onda migratória de italianos, alemães, poloneses, russos, japoneses e gregos após a abolição da escravatura. A segunda onda migratória de europeus, em que se incluíam os roms, ocorreu durante a Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial, período caracterizado pela campanha de nacionalização e pela construção de uma nova identidade brasileira marcada pela assimilação dos recém-chegados (Cairus, 2018). A imigração durante este período foi principalmente considerada como um elemento positivo, contribuindo de forma fundamental para a construção do mito do Brasil como o país do futuro. A partir de identidades hifenizadas, tais como nipo-brasileiros, ítalo-brasileiros, árabes-brasileiros, estes imigrantes adquiriram um status de distinção frente a outros brasileiros de origem indígena, colonial portuguesa e africana.

Em geral, os trabalhos escritos a respeito dos ciganos brasileiros foram feitos por antropólogos, a começar pela análise etnográfica de José de Oliveira China em 1936. Na virada do século Frans Moonen exerceu forte referência através de seu trabalho acerca dos ciganos calon no Município de Souza PB (1994) e com a introdução ao tema do anticiganismo no Brasil e na Europa (2011). Dentre os trabalhos mais recentes desta área, temos a teses etnográficas a respeito das identidades e sociabilidades dos calons no Estado de São Paulo, de Florência Ferrari (2010), dos calons “banqueiros” na Bahia, de Martin Fotta (2012), da memória e etnicidade dos calons em Sousa na Paraíba, de Maria Patrícia Lopes Godfarb (2013), e a pesquisa etnohistórica acerca do envolvimento dos ciganos calons no Rio de Janeiro desde o comércio de escravos à regulação de litígios, de Marco Antonio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga, Patrícia Brandão Couto e Mirian Alves de Souza (2009). Também de Marco Antonio da Silva Mello e Felipe Berocan, temos a importante análise a respeito do Dia Nacional dos Ciganos e de questões voltadas às políticas étnicas (2012). Igor Shimura (2017) fez também uma valiosa contribuição acerca dos meandros da ciganidade em sua dissertação em antropologia acerca da identidade cigana. Não podemos deixar de incluir também aqui a obra de antologia de ensaios de Ático Vilas-Boas da Mota (2004).

Dentre os trabalhos relevantes em história temos o artigo sobre os ciganos em Portugal e Brasil colônia de Bill Donovan (1992), a dissertação “Caminheiros do Destino” de Sonia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti (1994) e o livro “Ciganos: História, Identidade e Cultura”, fruto da dissertação de Débora Soares Karpowicz (2018). A partir do trabalho de João Dornas Filho, “Os Ciganos de Minas Gerais”, de 1948, acerca das “correrias de ciganos”, ocorridas em Minas Gerais entre o final do século XVIII e o início do século XX, surgiram os trabalhos “Ciganos em Minas Gerais” de Rodrigo Correa Teixeira (2007) e “Os Ciganos nos Registros Policiais Mineiros” (1907-1920) de Cassi Ladi Reis Coutinho (2016). Recentemente recebemos, através da defesa da tese “Indesejáveis Necessários: Os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista” a importante inserção de Natally Chris da Rocha Menini (2021) da problemática cigana na historiografia colonial brasileira.

A participação mais visível dos líderes ciganos no governo brasileiro teve início com a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2005 e coroada com a criação do Dia Nacional do Cigano, comemorado pela primeira vez em 24 de maio de 2007, ambos os eventos em Brasília. Contudo, um importante passo para o desenvolvimento de políticas públicas nacionais voltadas aos ciganos foi dado poucos anos antes através dos debates da delegação brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001, em Durban, África do Sul, aonde temáticas ciganas foram inclusas. Como veremos mais adiante em seu relato, a agência do líder cigano Rom Cláudio Iovanovitchi junto a Jose Gregori, secretário de Direitos Humanos do Presidente Henrique Fernando Cardoso (1997-2001) em Brasília em 2000 foi crucial para a inclusão da questão cigana neste processo. Acerca da relevância da Conferência em Durban lemos na apresentação da coletânea de artigos do Ministério Público Federal intitulada “Povos Ciganos: direitos e instrumentos para a sua defesa”, que:

Durban impactou na formulação das políticas públicas brasileiras, tendo sido criada a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) em 2003. Desde então, os ciganos têm tido representação e participação em comitês governamentais, federal e estaduais.

No âmbito do Ministério Público Federal, a temática cigana tomou novo impulso a partir de 2012, quando a Associação Internacional Mayle Sara Kalí (AMSK), organização não governamental, - levou a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), reivindicações e demandas que repercutiriam sobre os ciganos do Brasil como um todo, a partir da atuação sobre comunidades ciganas individuais.

Também em 2012 a PFDC convidou o senador Paulo Paim para realizar audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Direitos das Minorias do Senado, a fim de promover debate com representantes das comunidades ciganas e autoridades governamentais federais e estaduais. Tal medida criou oportunidade para apresentação e discussão de projeto de lei, de iniciativa do senador Paim, e estabeleceu o Estatuto dos Povos Ciganos, reconhecendo e afirmando seus direitos econômicos, sociais e culturais.

A proposta está pendente de aprovação no Senado, antes da discussão e deliberação da Câmara dos Deputados (2020, p.11).

Poucos anos depois, em 2005, durante a primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e diante de uma forte presença negra, com contingentes árabes, judeus, indígenas e quilombolas, os ciganos finalmente puderam entrar em cena como partícipes oficiais do tecido étnico brasileiro. “Somos a minoria das minorias, o elo mais fraco da corrente”, disse o líder cigano curitibano Cláudio Domingos Iovanovitch, ex-integrante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (Apreci/PR).

Neste texto, iremos trazer à tona o depoimento oral deste líder Rom, e analisar sobretudo as suas memórias imigratórias familiares, questões voltadas à identidade cigana e ponderações em relação ao fenômeno do anticiganismo no Brasil.

2. METODOLOGIA

A História Oral contribui significativamente para o acesso aos significados da memória através de narrativas orais e sugere pistas que evidenciam fenômenos sociais e culturais. Durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, realizada a partir de 2007, através da análise biográfica de líderes ciganos brasileiros e de outros depoentes, buscou-se compreender como que os ciganos brasileiros contemporâneos lembram e identificam-se com as experiências de seus antepassados acerca da migração para a América Latina como refugiados e a discriminação persistente em sua nova pátria. Este trabalho visou identificar qualquer memória que estes ciganos Roms pudessem ter do Holocausto.

Com base na historiografia do tempo presente, exploramos como os ciganos da Europa de Leste ou Roms definem a sua posição dentro da identidade nacional brasileira em relação a outros imigrantes europeus e não europeus. Examinamos como eles se mobilizaram e pressionaram por apoio político, visibilidade e direitos de cidadania. Os Roms brasileiros percebem a si mesmos como pessoas diferentes e continuam a manter uma identidade baseada na linguagem (Romanie), mitos, valores, crenças, símbolos e clãs e laços de parentesco dentro e fora do Brasil. Também analisarei o etos do nomadismo, que persiste apesar do fato de muitos terem adquirido propriedade privada e negócios em centros urbanos.

Este texto traz o testemunho gravado do líder e ativista cigano Cláudio Iovanovitchi de Curitiba, Paraná, que na época foi escolhido, junto a outros líderes, de acordo com critérios específicos de liderança, afiliação ou representação étnica e distribuição geográfica.

Diante das dificuldades em entrevistar os ciganos das comunidades romanes, as entrevistas foram desenvolvidas somente com líderes e pessoas envolvidas fortemente com a causa cigana no Brasil no Sudeste e Sul. Pela constante discriminação sofrida, eles tendem a ser muito suspeitosos de pesquisadores e de jornalistas e, geralmente, não estão muito motivados para compartilhar e divulgar as suas tradições, menos ainda entre os *gadjes*, ou não ciganos. Ao mesmo tempo, a seleção foi determinada pela representatividade de suas respostas em determinados tópicos, tais como identidade, migração, políticas étnicas e anticiganismo. Sob influência teórico-metodológica de Portelli e mais distante do cânone objetivo e empírico, optamos em não utilizar um roteiro pré-determinado para a entrevista, a fim de facilitar o trabalho com as palavras, a memória, a narração, em direção à subjetividade (Portelli, 1988, p.192).

A tradição oral, a ciganidade e os fenômenos voltados ao histórico de imigração, representação e anticiganismo no Sudeste e Sul do Brasil são definidas por essas experiências, significados e valores; já que não foram capazes de se expressar em termos da cultura dominante, permaneceram como sedimentos na memória, formando um universo rico que se revela através da oralidade. Essa entrevista sugere pistas e traços e dão indicações dos complexos padrões culturais que tentamos desvendar através da escrita de uma história dos ciganos no tempo presente.

Através do estudo dos usos do passado na História do Tempo Presente, a História Oral adquiriu uma nova força, que pode ser identificada a partir a obra *Les lieux de mémoire*, de Pierre Nora, onde ele propõe uma nova história das políticas de memória e uma história das memórias coletivas da França. Nasce, a partir de uma redefinição do uso do passado pelo presente, uma valorização de uma história das representações, do imaginário social uma reavaliação das relações entre história e memória. Esta nova relação entre história e memória possibilitou a aceitação do uso da subjetividade dos testemunhos orais como fonte adicional de pesquisa (Pollak, 1993).

De modo geral, notamos que há duas linhas ou abordagens de trabalho na história oral. Enquanto uma tende a utilizar os testemunhos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas, a outra tende a privilegiar o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado (Ferreira, 2002, p. 327).

Para este trabalho em particular, que lida com memórias de ciganos Roms cuja historiografia encontra-se carente, escolhemos a segunda proposta, onde os relatos trazem dados inéditos e imprescindíveis. A subjetividade e as eventuais deformações do depoimento oral não são vistas como elementos defeituosos ou mesmo negativos para o uso da história oral, mas como recursos enriquecidos de camadas significativas. Neste sentido, essa pesquisa se identificou com o aporte metodológico dos historiadores italianos Alessandro Portelli e Luisa Passerini.

No caso de Alessandro Portelli, revisitado pelo trabalho de Jorge Lozano acerca da história oral, memória biográfica, a comunicação e o processo de escrita (Lozano, 2012), ele enfatizou que um dos objetivos da história oral era encontrar a verdade na narração, ou o que ele chamava de maneira mais poética “a verdade do coração humano” (Portelli, 1988).

A busca da verdade não foi o objetivo final ambicioso da história oral, como o especialista italiano a entendeu; ele não se importou em descobrir se tais experiências eram fiéis aos fatos da “realidade”, comprovadas e verificadas. O que era interessante era algo mais complexo, mais útil e mais impreciso: a própria visão e versão da pessoa sobre os fatos. Sua própria “verdade” manifestada em suas narrações autobiográficas. Portelli disse que “em vez de coletar verdade, realidade, o que foi vivido, questões de experiência, o caráter imediato do testemunho; nós compilamos mediações, interpretações, representações, mistificações, memórias, impressões, erros, mentiras. Apenas palavras ...” (Portelli, 1988, p.192). Compreendemos, portanto, que esta mudança de paradigma de percepção produziu uma virada na prática e na reflexão sobre a história oral nas últimas décadas. Cada vez mais distantes do cânone objetivo e empírico, cada vez mais direcionados para o trabalho com as palavras, a memória, a narração, em suma, em direção à subjetividade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a estadia em Curitiba (Paraná, Brasil) no dia 31 de julho de 2008, essa entrevista foi concedida na casa do Rom Matchuwaia Claudio Domingos Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) e de sua esposa Neiva Camargo. Claudio Iovanovitchi exerce uma liderança ativista ao mesmo tempo que se dedica à uma carreira como artista. Claudio e Neiva Camargo dirigem e atuam em peças de teatro infantil, muitas delas a respeito de lendas e histórias ciganas que são apresentadas para o público escolar na rede municipal e estadual em Curitiba.

Assim, ao mesmo tempo que Claudio se empenha politicamente em conquistar maiores direitos de cidadania aos ciganos, ele tem também uma preocupação voltada à educação, tanto dos ciganos como a dos gadjés em relação ao universo cigano. Seu depoimento, integrou a tese de doutorado em história acerca dos ciganos Roms brasileiros de Cairus (2019), iniciou assim:

Cláudio Domingos Iovanovitchi (CI): Bom, meu nome é Cláudio Domingos Iovanovitchi, sou descendente de cigano de origem Bósnia, lado materno, e lado paterno Rússia e que chegaram ao Brasil entre Primeira e Segunda Guerra, tanto um lado quanto o outro, expulsos da Bósnia que tenho mais informação, é ..., Marechal Tito entre Primeira e Segunda Guerra lá da Iugoslávia. E minha vó materna morava em Belgrado. *Basika Ulcha* número 14, isso eu lembro bem que deu até o endereço. E de lá pra cá nessa onda migratória entre Primeira e Segunda Guerra a família russa

também expulsos porque não tinham... não eram retirantes econômicos como são os imigrantes nordestinos hoje, que eles migram pela falta de tudo, lá a condição na Rússia não era boa na época, mas muito pior dos ciganos. Então o meu avô errou o navio, o meu avô da Rússia ele ia para o Canadá, América, América e veio parar nesta América ((risos)), foi pior do que aquele pênalti que nos tirou da Copa que o Zico errou o pênalti. Então ele fez o mais difícil: conseguiu fugir, conseguiu, né? E errou o navio e veio parar aqui. E aí minha outra família da Bósnia também se encontraram aqui no Brasil em grandes guetos na cidade de São Paulo, chamavam de cortiços e eram várias moradias. E os ciganos sem... isso juventude, eu falo entre 14, 15 anos. Essa leva migratória aonde subiram no navio 14 dias e noites e ninguém sabia onde ia e foram gentilmente convidados “ou vai ou morre” então essa foi a situação. E dentre 1 mil pessoas tinha 50 ciganos, mas naquele navio era a maior concentração de ciganos por metro quadrado naquele...

BG: Esse navio saiu da onde?

Cl: Um da Rússia e outro da Iugoslávia, vários.

BG: Vários?

Cl: Vários saíram e se encontraram aqui. E uma grande leva de ciganos ouviam...

BG: Os seus avós se encontraram aqui? Não entendi.

Cl: Sim, meus avós se encontraram todos em São Paulo as famílias...

BG: Então assim um lado veio de um navio...

Cl: Não, eles saíram de lá casados.

BG: Ah eles saíram de lá casados?

Cl: Casados porque casa com 12, 13, 14 anos, você já deve saber disso, né?

BG: Sim, aham (Iovanovitchi, 2008).

A memória familiar de Cláudio vem em camadas, plenas de significado. Por parte materna sua família seria de origem Bósnia e por parte paterna da Rússia. Em relação a sua avó materna, que morava em Belgrado, atual Sérvia, Cláudio herdou até a memória do endereço, *Basika Ulcha* número 14, o que talvez possa indicar que parte de sua família já não era nômade. Cláudio cita o impacto da política de Josip Broz Tito, primeiro presidente da Iugoslávia em 1953, no histórico de sua família, mas sem maiores detalhes. Isso pode indicar que a migração de seus avós se deu após a segunda guerra, e não entre guerras, como narrado anteriormente por Cláudio. Interessante notar que o discurso de “erro” de navios, é comum por exemplo, em histórias narradas por refugiados judeus, durante a segunda guerra (Cairus, 2007). Como explicamos antes, havia várias rotas de fuga e de migração para judeus e ciganos a partir da Europa nesta época, e os destinos principais eram a América do Norte ou a do Sul. Para muitos europeus na época, a tal da “América” seria apenas aquela terra idealizada e representada pelos Estados Unidos.

Cl: Então e aí as famílias se mantinham juntas por proteção e faziam... e por serem iguais, né? Mesmo que eu seja daqui e ir pro Cazaquistão eu vou achar um cigano que fala minha língua, que come minha comida e dança minha música, enfim, nós somos globalizados da cultura, né? Essa globalização onde o grande carro-chefe é o econômico é a desgraça do diferente então as pessoas comem o mesmo sanduíche, cheiram o mesmo perfume, veste o mesmo tênis para ganhar mais dinheiro, só por isso, essa globalização vem nesse... e essa globalização é a desgraça do diferente que não quer comer o mesmo sanduíche, que não quer vestir o tênis. Então ele fica fora de todo esse processo de uniformização, deve ser essa a palavra. Então todos, né, no mundo... e hoje querem... há 50 anos atrás éramos 50 países, hoje são 150 me parece só na Fifa, filiar da Fifa que joga futebol tem 150. Então veja como o mundo se fechou, né? E nós não somos de lugar nenhum ou de todos os lugares, enfim, essa coisa cria... né? Porque em todos os países do Leste Europeu que hoje estão com problemas econômicos, graças aos ciganos, né? ((risos)) Sem nenhum centavo qualquer os miseráveis, chegam a interferir no processo econômico da comunidade europeia porque tem países lá que não conseguem adentrar na comunidade europeia

por causa dos ciganos, né? Porque como é que vai abrir fronteira praquela bando de miseráveis, não dá.

BG: A Romênia entrou, não?

CI: Entraram nessa ainda, vai ter que dar um jeito. Ou acerta a situação dos ciganos, senão não entra na comunidade europeia, ou vão matar a todos como já fizeram. Então essa é a grande preocupação que a gente tem, a gente vê notícias da Itália aonde aparece o genocídio de novo, os guetos criados, os vários impedimentos que criam para os ciganos (Iovanovitchi, 2008).

Aglobalização é avaliada por Claudio de duas formas, positiva quando se aplica ao contexto cultural e tradicional cigano de longa duração, mas negativa no contexto econômico moderno ligado às tendências de consumo (de americanização) e de mentalidade uniformizada, que excluem os ciganos, por serem “diferentes”. Esta percepção acurada de Claudio fica explícita quando ele diz que a “globalização é a desgraça do diferente que não quer comer o mesmo sanduiche, que não quer vestir o tênis. Então ele fica fora de todo esse processo de uniformização”.

Se prestarmos atenção à fala de Claudio Iovanovitchi, notamos que, em realidade, ele se preocupa com o fenômeno da globalização cultural relacionada à dinâmica cigana. Muitas das primeiras respostas críticas à globalização cultural, no século passado, foram formuladas em termos de uma suposta ameaça à diversidade cultural. Segundo John Tomlinson, professor de sociologia cultural e diretor do instituto de análise cultural em Nottingham, Inglaterra, havia uma estrutura crítica pronta para isso nas ideias do imperialismo cultural e da americanização que estiveram em torno de uma forma ou de outra por metade do século XX (Tomlinson, 1991). Mas na atualidade, não existe mais a ideia de que a globalização é um processo de imperialismo cultural.

De qualquer modo, notamos que a narrativa problematizada de Claudio é relevante na medida em que ele se preocupa com esta nova percepção do fenômeno cultural da globalização, em relação sobretudo à durabilidade e à continuidade da cultura cigana. Se utilizarmos, portanto, do aporte teórico de Tomlinson a respeito da globalização cultural, podemos compreender melhor como que as tradições ciganas estão sendo reavivadas durante a nossa contemporaneidade local, dentro de um *locus* brasileiro, repleto de negociações culturais em fluxo.

A entrevista prossegue com relatos a respeito de como, uma vez no Brasil, parte da família de Claudio teria se deslocado para o Rio Grande do Sul e Paraná, e como seu avô fez a opção de se tornar sedentário:

CI: Porque... e aí eles chegaram aqui e muitos ciganos, uma grande leva foram para o Rio Grande do Sul porque vinham com italianos, com gente que já tinha aqui alguém e que falava “Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul” e eles foram.

BG: Tem muitos roms no Rio Grande do Sul.

CI: Sim, tem muito. É, dispersa é uma das maiores colônias é no Rio Grande, não num lugar só, mas em todo estado é muito grande.

BG: Muito legal, interessante isso, né?

CI: Mas vindo como acompanhar a todos, né? E daí meu avô teve meu pai e vindo pra cá ele acabou... ele não aguentava mais, falou “não quero mais essa vida”.

BG: Quem? Seu avô?

CI: Meu avô. E daí já minha mãe e meu pai casados e daí meu avô parou aqui “não vou mais”, certo? E aí ele passou de nômade a construtor porque todos os ciganinhos têm seus baús de ouro, né? De joias, de família, enfim. Aí ele disse uma vez pra minha vó “vó, por que que nós gostamos de ouro?” ((risos)) ela falou, “é claro, você tem um baú cheio lá, o que que você vai fazer com isso? Abra uma loja, faça alguma coisa com isso” “não, quando nos perseguem, pega o baú e foge, é dinheiro em qualquer

lugar do mundo, só por isso” então são fortunas portáteis que os ciganos levam. E aí isso em forma de brinco, de dente, enfim, né? O judeu foi mais esperto, ele inventou o salto de sapato falso e daí encheu de brilhante, quer dizer, muito menor e muito maior no valor, né? Então isso... e aí disse “vó, por que que somos nômades?” “Nós gostamos do nomadismo, o estrela é meu não sei o que, essa poesia besta que foram feitas por não ciganos pra justificar o nosso nomadismo?” Tipo, eles não querem ficar, eles são filhos do vento e essas coisas” “não” ela disse “isso aconteceu com o faça-o caminhar. “Você não pode ficar aqui, vá pra lá”, isso há 4 mil anos. E hoje, hoje com palavras é difícil, hoje não consegue. Então isso não é assim... porque dizem que “cigano bom é cigano longe de mim”. E todos pensando assim é “cigano longe de todo mundo”, essa é a razão do nomadismo porque se voltar na história, no início, lá atrás éramos todos nômades, todos os povos eram nômades, lá 5 milhões pra trás. E daí o cara pôs uma semente no chão e viu que aquilo cresceu, aí deu sentido de posse e daí ele falou “isso aqui é meu”, né? E aí veja “você não pode ficar aqui” e assim foi indo... porque pra nós terra é só caminho e passagem, forma de encontrar o outro, a terra proporciona a arte do encontro, isso é cigano, né? Então é uma forma poética de explicar o porquê que eu não posso ficar (Iovanovitchi, 2008).

Claudio menciona primeiramente o judeu como um agente paralelo identitário em estratégia de sobrevivência diaspórica. Ao longo da entrevista ficará mais clara a sua identificação cultural e política com judeus e árabes. Ao mesmo tempo, Claudio não usa de qualquer subterfúgio romântico para defender o nomadismo. Segundo ele, é uma necessidade intrínseca do cigano pelo preconceito que sofre. Um mal necessário. Apesar de taxativo, defende, no que tange a legitimação das origens do nomadismo e do sedentarianismo, uma tese que parte da narrativa bíblica de Caim e Abel.

Talvez uma das grandes dádivas da dinâmica cigana em terras brasileiras, seja que, ao contrário de alhures, Abel ainda não tenha sido morto por Caim. Mas apesar do pragmatismo, Claudio não se furta de uma narrativa poética ao dizer que “para nós a terra é só caminho e passagem, forma de encontrar o outro, a terra proporciona a arte do encontro”. Para ele então o nomadismo seria ao mesmo tempo uma consequência da alteridade gerada pelo anticiganismo bem como um viabilizador de novos caminhos e de novos encontros.

BG: Mas assim o senhor acha que é uma necessidade e é também uma busca de uma riqueza cultural o fato de caminhar? Como é que o senhor vê essa coisa dessa necessidade? Qual que é o âmago disso? Do nomadismo.

CI: Eles... veja, então vou entrar na cigana. Imagine uma cigana analfabeta, suja, e que... você estudou aqui no Brasil? Estudou, né?

BG: Sim. Fiz faculdade...

CI: Fez faculdade? Você tem memória do Sargento de Milícias? Página 57 “uma noite fora de casa, dos imigrados de Portugal vinham também para o Brasil a praga dos ciganos, gente ociosa de poucos escrúpulos, bandidos, vândalos, assaltantes e ladrões. Da sua cultura que muito se fala deixaram lá na outra banda do oceano, pra cá só trouxeram velhacarias e maus hábitos”. Isto é um livro obrigatório na usina do conhecimento, eles lançam 10 livros, dos 10 quatro obrigatórios, dentre os quatro obrigatórios esse. Então a criança cresce, o cigano cresce “cuidado com o boi Tatá, com o nasci Pererê, com a Mula sem cabeça e com a cigana que rouba criança, cuidado”. A criança cresce, daí vai fazer faculdade, daí vai ler obrigatoriamente Memória do Sargento de Milícias. Daí vê as tendas na rua, ele busca no seu intelecto “o que que eu tenho de informação desse povo? Roubam crianças, bandido” isso. Isso exclui, né? Então nossa grande e única política pública é geração de conhecimento, dizer quem somos, como pensamos, no que acreditamos, histórias bonitas, né? Porque história feia tá... as páginas policiais estão “a cigana fez isso, a cigana fez aquilo” seria como se eu falasse “quatro negros assaltaram o banco” eu seria preso por preconceito, né? Porque as pessoas tem nome, né? Então essas coisas é que

me deixam indignado porque nós somos só um sonho, um sonho não, pesadelo, né? Então isso... a necessidade urgente de primeiro: se fazer conhecer. E mais: para o governo entender o outro, se colocar no lugar do outro porque senão não consegue avançar, né? (Iovanovitchi, 2008).

Segundo Florência Ferrari, o mapeamento do imaginário através da literatura “é uma maneira poderosa de mostrar como foi se criando, e a força que resultou ter, um determinado conjunto de ideias sobre os ciganos, por meio das quais o Ocidente continua operando até os dias atuais no cotidiano com eles” (Ferrari, 2006, p. 88). Para Ferrari, o cigano pode ser entendido, em *Memória do Sargento de Milícias* como um *trickster*, a partir dialética da ordem/desordem, da influência do imaginário inquisitorial e da imagem das relações de comércio entre brasileiros e ciganos através de artimanhas e enganos (Ferrari, 2006, p. 86).

A imagem fixa do cigano como o estrangeiro, no limite da fronteira (Ferrari, 2006, p. 81) foi e continua sendo construída no imaginário ocidental num processo de longa duração. Esse processo repetitivo faz parte da máquina que engendra o anticiganismo historicamente, através de mitos sociais e culturais. Os estereótipos e clichês que formam a ideologia do anticiganismo não consistem apenas em estereótipos humilhantes e negativos, mas incluem também aspectos positivos, românticos e estereótipos exotizantes. Mais importante, como os seus correspondentes negativos, esses estereótipos românticos também são entendidos como características que são diferentes das da “maioria” auto descrita. O clichê romântico da “cigana trajada com rendas e fitas”, com “cordão de ouro ao pescoço” incorpora a mesma mensagem social que a imagem negativa de ciganos “ociosos e de poucos escrúpulos”, como narrado na obra de Manuel Antônio de Almeida, no final do século dezenove. Ambos os clichês apoiam a ideia de que “eles” não ganham a vida como “nós fazemos”, isto é, através do trabalho duro. Como o clichê “positivo” tem resultados igualmente prejudiciais, a conscientização sobre os estereótipos anticiganos, como defende Claudio Iovanovitchi, não visa alertar apenas para as percepções negativas dos ciganos e de outros grupos, mas deve abordar também os efeitos perniciosos de considerar grupos e indivíduos através de lentes de imagens preconcebidas do grupo, sejam estas imagens exóticas ou românticas (Alliance Against Antigypsyism, 2016, p. 11).

Proseguimos agora com outro tema, acerca da construção dos caminhos das políticas étnicas junto ao poder público brasileiro. Cláudio Iovanovitchi foi um líder Rom de vanguarda em sua atuação junto à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do Poder Executivo do Brasil desde 2003. Neste sentido, Iovanovitchi elucida que:

CI: Dentre as várias e diversas políticas públicas que eu encaminhei numa luta insana e inglória a este governo indecente, né, que digo que a Seppir foi uma fraude – vou chegar lá -. Bom, então, vai ter que voltar um pouquinho. Quando meu avô parou aqui, aqui em Curitiba, os amigos dele vinham visitar, transitando, vendendo coisas e vinham visitá-lo. Daí tinha uma festa na casa dele e a polícia ia lá e cortava as tendas “ame mais os ciganos”. O meu avô que já morava há muito tempo aqui, tinha o amigo, o chefe de polícia, essas coisas, era bem relacionado, ele conseguiu interferir pessoalmente nessas coisas “não, são os meus parentes, deixa os barracos aí”. Daí o meu pai, os filhos daqueles vinham visitar meu pai e os filhos dos filhos hoje vêm me visitar. Então por isso que Curitiba se tornou um polo de ciganos. Porque aqui não se põe a mão em tenda, aqui cai o secretário de segurança pública se pôr a mão numa tenda cigana. É isso que a gente conseguiu através de uma... aí tinha um... tinha um deputado árabe amigo dos ciganos, do meu pai inclusive, e que era respeitado que ele foi caçado (não era nada), então as pessoas abandonaram ele, os não ciganos “ah ele é caçado, ele é não sei o que” e ele era muito bem-vindo no meio dos ciganos. E depois... Aníbal Khury, o nome dele, que Deus o tenha, foi dentro da assembleia legislativa ele olhou e disse “não, nós vamos resolver isso, o senhor vai fazer uma

associação, é assim e assado. Faça assim associação, utilidade pública...”

BG: Quando isso?

CI: 95. E aí fiz, chamei alguns ciganos de Curitiba “ó, vamos fazer uma entidade aí representativa...”. E aí a gente começou encontro com os delegados “ó, quando tiver cigano essa entidade, vamos ver se é cigano mesmo” porque tem muita gente que não é cigano e tá embaixo da tenda. Então é isso que a gente conseguiu: o respeito. Se não for respeito eu troco por medo, sei lá...

BG: Mas essa foi a fundação da Apreci?

CI: Da Apreci Paraná. Ela é nacional porque não tem outra.

BG: Ela nasceu na verdade... ela nasceu primeiro aqui?

CI: Primeiro aqui.

BG: E depois em São Paulo?

CI: Depois em São Paulo. Até por uma interferência minha pessoal e do Farde, eu falei “Farde, você é um acadêmico de Direito, você é uma elite privilegiada, você tem que olhar pelos que estão debaixo da ponte porque se você não fizer ninguém vai fazer”. Porque quando você bate forte mesmo com o sangue cigano você perde os amigos e isso eu não tenho nenhum problema. Então daí Miriam sempre atuou não enquanto direitos humanos e sim enquanto misticismo que eu não defendo, isso eu num... minha fé ainda não inventou, falta, tudo que tá aí não me contenta. Então... como é que eu vou te explicar? Claro que não sou ateu, mas a minha não tá ainda, não tenho tempo, ainda falta fazer, né? E aí quando a gente começou buscar, eu não quero transformar... aí a gente percebeu que a luta é maior do que os limites de Curitiba. Aí subimos ali no estadual “olha, temos isso e aquilo...” ‘lalala’. Aí a prefeitura de Curitiba não vai apoiar ciganos nômades porque eles passam, se eles são de (outra cidade), né? No voto, né? E aí a nível estadual, “ah, mas como é que eu vou ajudar o cigano daqui? E se ele for de São Paulo?” (...) “então eu também não vou ajudar” eu digo, “mas pô, mas só porque passa a fronteira do Rio aí não ajuda?” “Não” (Iovanovitchi, 2008).

A partir deste relato compreendemos que a Apreci, Associação de Preservação da Cultura Cigana foi fundada em Curitiba, Paraná, em 1995 com o apoio político de Anibal Khury e que a Apreci de São Paulo, liderada pelo advogado Farde Iovanovitchi é ligada à aquela. Uma vez fundada a associação Claudio percebeu que seu ativismo teria que ir para além das fronteiras do estado do Paraná. Claudio deixa aqui clara a sua posição frente a atuação política de Mirian Stanescon, quando diz não concordar com sua atuação político religiosa. Ele prossegue:

CI: Aí sentimos que a briga é nacional e aí eu tinha uma visão do Sul do Brasil; Norte e Nordeste é 500 vezes pior, não se compara. A fome e a desgraça é muito maior porque todas as políticas públicas como o cartão da fome eterna, você sabe o que é, né? Esse cartão aí que sustenta vadios, né?

BG: Esse da iniciativa do Lula?

CI: Do Lula. Isso é... não tem, nem isso os ciganos têm, porque não tem CEP. Então você tem que ter CEP, uma carteira assinada, um trabalho que daí você ganha esse cartão, senão não. Você tem que ter um título de eleitor, ser eleitor do Lula, entendeu? Senão você não ganha, essas coisas. E nenhuma política pública atinge os ciganos. Dá num olhar mais... mais profundo eu senti que não são só os ciganos, os circos estão nessa situação, os parques estão nessa situação porque são povos nômades. Então as pessoas não conseguem criar política pública para povos nômades, e é isso que eu tento buscar. Por exemplo, eu não preciso do governo, minha neta estuda numa escola particular, eu pago Unimed, meu plano de saúde, e tenho o guarda na minha porta, então eu quero que o governo feche. ((risos)) Eu sou anarquista, graças a Deus eu mando em mim, né? 25 anos de trabalho, não tenho um minuto de carteira assinada e nem quero, ninguém manda em mim e se mandar eu não obedeço, é isso. Esse é o espírito, não tenho patrão (Iovanovitchi, 2008).

Claudio Iovanovitchi apresenta uma personalidade singular, no que tange a sua destreza aliada à um humor afiado e irônico. Ele expressa suas ideias diretamente, sem rodeios e faz questão de expressar sua identidade anarquista. Através desta estratégia carismática, ele é capaz de fazer alianças mesmo com aqueles quem por ele foram duramente criticados. E foi assim, através de Jose Gregori, que Claudio conseguiu incluir propostas para os ciganos no Plano Nacional de Direitos Humanos, apresentado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul em 2001:

CI: E aí a gente sentiu que nossa, quando criaram a Seppir por causa de Durban que aconteceu em 2001 na África do Sul, aconteceu uma conferência sobre racismo, todas as formas de discriminação. E eu naquele momento, às minhas custas, fui falar com José Gregóri, que era secretário de direitos humanos. Lançaram o PNDH I, Plano Nacional de Direitos Humanos um. Aí mandei propostas, não foram incorporadas. Aí me emputeci, peguei o avião e fui pra Brasília, digo “escuta, e aí?” Seu Gregori “ah Claudio, eu não conheço a questão cigana no Brasil”. Eu digo “que pena secretário, a sua cadeira exige. Ou o senhor é muito incompetente ou o senhor é mal-intencionado”.

“Então tem que escolher”. Aí ele levantou ((risos)) “o que é isso?” “A sua cadeira exige isso e eu mandei as propostas e não incorporaram por quê? Se eu sair daqui e for ao Ministério Público, direitos do cidadão eu vou dar queixa de quem? Da USP que fez? Da gráfica que imprimiu errado? De quem? Do senhor? De quem que eu vou dar queixa?” “O senhor quer um café?” Digo “não, não quero não. Eu quero cinco propostas”. Saiu o PNDH II alguns meses depois...

BG: PNH...

CI: PNDH, Plano Nacional de Direitos Humanos, tá no site. PNDH I e II. No dois saíram as propostas.

BG: É Plano Nacional de Direitos Humanos?

CI: Um e dois, um não tava, no dois tá lá.

BG: No dois saiu dos ciganos?

CI: É. Aí nesse momento não tinha Miriam...

BG: Isso foi quando?

CI: Foi 2000, final do governo FHC.

BG: Ah final. Porque o FHC teve, né...

CI: Sim, sim. Daí foram pra Durban com as minhas propostas. Não me deram crachá, nem avião, nem nada. Eu até sugeri pra mim pagar minha passagem, meu hotel eu dormia ao relento, não tinha problema, enfim, mas não me deram. Agora o bicho ficar lá fora xingando também não adianta. Eu criei minha comitiva, não fui, mas justiça seja feita pra José Gregori que foi o único país do planeta à falar na conferência de Durban oficialmente sobre o cigano.

BG: É mesmo?

CI: Foi o único país. Claro que tinha entidades ciganas lá fora tocando fogo no mundo, xingando Deus e o mundo, mas oficialmente dentro da conferência foi o Brasil, numa proposta minha, solitária. Então aí por causa de Durban o Brasil tem que mandar relatórios, né, pra ver como é que estão implementando isso e aí cobraram o Brasil, eles fizeram a Seppir, Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racional. E eu tô vendo aquilo que tá “não, Seppir...”

BG: Mas o Seppir então foi criado como uma resposta pra essa coisa de Durban?

CI: Sim, até porque o documento tem força vinculante e o Brasil é signatário. E este documento de Durban tem força de Constituição então o Brasil tem que cumprir sob pena de sofrer penalidade.

BG: Então foi uma coisa independente do governo Lula nesse sentido? Porque tava num momento de transição política.

CI: Por isso que eu te digo que foi uma fraude “o Brasil tem que fazer” não é assim “o Lula foi”. Só que o governo FHC acabou, entende, então eu não vejo quem tá no governo, eu vejo o estado brasileiro que continua.

E o pior que eles sabem que eu sei disso, por isso que me odeiam, esse governo indecente. Então porque quando eles começaram com a pompa e glória eu digo “não, foi FHC gente, não é aí, não se iludam”. Porque eu via que os coitados não sabem disso, não acompanharam “ah o governo Lula fez” claro que fez, é obrigado a fazer (Iovanovitchi, 2008).

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é um programa do Governo Federal do Brasil, e foi criado, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996. Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo de Luiz Inácio da Silva. O PNDH incorpora ações específicas no campo da garantia do direito à educação, à saúde, à previdência e assistência social, ao trabalho, à moradia, a um meio ambiente saudável, à alimentação, à cultura e ao lazer, assim como propostas voltadas para a educação e sensibilização de toda a sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos. No PNDH II, ao qual Cláudio se refere, contém as seguintes propostas para o povo cigano:

Ciganos

259. Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.

260. Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições da comunidade cigana.

261. Apoiar projetos educativos que levem em consideração as necessidades especiais das crianças e adolescentes ciganos, bem como estimular a revisão de documentos, dicionários e livros escolares que contenham estereótipos depreciativos com respeito aos ciganos.

262. Apoiar a realização de estudos para a criação de cooperativas de trabalho para ciganos.

263. Estimular e apoiar as municipalidades nas quais se identifica a presença de comunidades ciganas com vistas ao estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias.

264. Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos, assim como apoiar medidas destinadas a garantir o direito ao registro de nascimento gratuito para as crianças ciganas. (Ministério Público Federal, 1996, p.20).

Vemos que as propostas para as comunidades ciganas no PNDH II promovem e garantem direitos humanos e de cidadania básicos e essenciais, como registro de nascimento, e apoiam a formação de estudos sobre a história, cultura e tradição cigana. Já em relação a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul em 2001, através do auxílio de Cláudio Iovanovitchi, as propostas já foram mais voltadas às especificidades dos ciganos (Roma, Sinti e Nômades) e voltadas ao direito da educação e ao combate do anticiganismo:

Vítimas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata

68. Reconhecemos com grande preocupação as manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em curso, incluindo a violência contra os Roma,

Ciganos, Sinti e Nômades; e reconhecemos a necessidade de se desenvolverem políticas eficazes e mecanismos de implementação para o pleno alcance da igualdade;

39. Convoca os Estados a assegurarem que as crianças e os jovens Roma, Ciganos, Sinti e Nômades, especialmente as meninas, recebam igual acesso à educação e que o currículo educacional em todos os níveis, incluindo os programas complementares de educação intercultural, possam, inter alia, incluir oportunidades para que eles aprendam o idioma oficial no período pré-escolar; e a contratarem professores e assistentes de classe Roma, Ciganos, Sinti, e Nômades com o intuito de que estas crianças e estes jovens aprendam em sua língua materna, respondendo às suas necessidades;

40. Incentiva os Estados a adotarem políticas e medidas adequadas e concretas, a desenvolverem a implementação de mecanismos onde eles ainda não existam e a trocar experiências em cooperação com representantes Roma, Ciganos, Sinti, e Nômades, com o intuito de erradicar a discriminação contra eles, permitindo-os alcançar a igualdade e assegurar o pleno gozo de todos os seus direitos humanos, como recomendado no caso dos Roma pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial em sua Recomendação Geral XXVII, com o objetivo de atender às suas necessidades;

41. Recomenda que as organizações intergovernamentais enfoquem em seus projetos de cooperação com a assistência de vários Estados, a situação das comunidades Roma, Ciganos, Sinti e Nômades e promovam seu avanço econômico, social e cultural;

42. Convoca os Estados e incentiva as organizações não-governamentais a aumentarem a conscientização sobre racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata vivenciadas pelos Roma, Ciganos, Sinti e Nômades e a promoverem o conhecimento e o respeito pela sua cultura e história;

43. Incentiva a mídia a promover o igual acesso e a participação nos meios de comunicação dos Roma, Ciganos, Sinti e Nômades, assim como a protegê-los das reportagens racistas, estereotipadas e discriminatórias, e convoca os Estados a facilitarem os esforços midiáticos neste sentido;

44. Convida os Estados a desenharem políticas que visem ao combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que sejam baseadas em dados estatísticos confiáveis reconhecendo as preocupações identificadas na consulta feitas com os próprios Roma, Ciganos, Sinti e Nômades e que reflitam com a maior precisão possível, sua posição na sociedade. Todas estas informações devem ser coletadas em conformidade com as disposições relativas aos direitos humanos e liberdades fundamentais, tais como dados de regulações de proteção de dados e garantias de privacidade, em consulta com as pessoas interessadas (Ministério da Cultura, 2001, pp.24-49).

Esta última proposta colocada na Conferência de Dublin exemplifica bem o estágio inicial de construção de políticas públicas, ao convidarem os Estados a desenharem, ou seja, a criarem do zero políticas adequadas para combater o anticiganismo em solo brasileiro.

Depois de toda esta trajetória narrada por Claudio, como desbravador étnico político cigano em Brasília, pergunto:

BG: Teve alguma coisa positiva que foi conquistada?

Cl: Tivemos o Dia Nacional do Cigano que foi uma fraude porque eu tenho selo aí, só tem esse meu, acho que deram só pra mim porque... ((risos))

BG: Não foi distribuído nacionalmente?

R: Não.

BG: Não teve... a coisa não teve visibilidade nacional, né? Ou muito pouco?

CI: Não teve um selo. Se você for no Correio “quero um selo de cigano” não tem.

BG: Se você (faz busca) da internet você só encontra a questão da (celebração) do dia do cigano nos próprios sites do MinC e só, não existe outras fontes de outros jornais onde você vê. Não é isso?

CI: Não, é isso mesmo, foi só internamente assim.

E aí no momento em que foi criado o dia do cigano e achei louvável a atitude, com selo e tudo, mesmo que uma fraude. Eu acho que o dia do cigano tem que ser... laico, eu não quero vincular com Santa Sara porque se você sair nas tendas ninguém sabe quem é Santa Sara. E a Miriam tem um grande nicho econômico na Santa Sara que é uma gruta milagrosa e que vale a sorte (Iovanovitchi, 2008).

Claudio elucida uma dúvida importante que eu tinha a respeito da comemoração do Dia Nacional do Cigano. Apesar de na época estar ainda vivendo na América do Norte, não se percebia uma visibilidade nacional da comemoração, assinada por Luiz Inácio da Silva em 2006.

O selo comemorativo, ao qual Claudio Iovanovitchi se referia tivemos acesso a um exemplar cedido pelo Padre Rocha em visita a sua paróquia em 2007. Apesar de não concordar com o vínculo religioso da comemoração, simbolizado pela imagem de Santa Sara, Claudio acredita que a instituição do Dia do Cigano foi louvável e positiva.

Dentre seu acervo pessoal imagético, Claudio mostrou então uma belíssima fotografia de sua família:

CI: Então era isso, essa é a vida, isso não tem em museu nenhum do mundo.

Porque imagina o sacrifício que ele fez em 1930 de buscar o fotógrafo, ele tá na periferia...

BG: Quem é aqui seus familiares? Conta aqui pra mim, da foto.

CI: Meu avô...

Minha tia, irmã do meu pai. E tios, meu pai não tá aqui.

BG: O que que é isso aqui? É um cachorrinho?

R: Cachorro. Quer ver? Olha...

Imagina o sacrifício que ele fez... que não é que nem hoje, né, uma foto que você compra.

BG: É, claro, tinha que trazer a pessoa...

CI: Então tinha que vir o cara, daí levava dois, três dias. Primeiro teve que convencer o cara a ir lá no acampamento, depois esperar dois ou três dias pra ficar pronta a foto, não é isso? (Iovanovitchi, 2008).

4. CONCLUSÕES

Trabalhar com diáspora e identidade cigana foi por vezes, pelo ineditismo do tema, um processo solitário. No início do doutorado, em busca de fontes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Arquivo Público do Rio de Janeiro e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, um amplo levantamento de fontes foi realizado. Mas com a exceção de alvarás e de outros documentos coloniais, alguns artigos de jornal e de revista, além de documentos oficiais de imigração, não foi localizado conteúdo específico sobre a história do tempo presente dos ciganos no Brasil. Nos livros encontrados, borbulham alguns relatos interessantes de memória e muitos de receituário místico. Foi assim que nos demos conta de que este trabalho de pesquisa deveria, sobretudo, ancorar-se em

testemunhos orais e que esses testemunhos poderiam fornecer algum sentido aos escassos conteúdos históricos encontrados nas fontes arquivísticas.

Claudio Iovanovitchi, com sua sagacidade, nos fez pensar acerca do real valor de um anarquismo cigano, pautado no signo da liberdade, das disputas étnicas entre ciganos e não ciganos em Brasília e da necessidade de prosseguir com maior aprofundamento em estudos acerca do anticiganismo dentro de uma perspectiva brasileira e latino-americana.

Suas histórias denotam uma agência transnacional fortíssima e uma identidade híbrida e fluída formada a partir de códigos pautados na memória da identidade diaspórica e de novas dinâmicas culturais e políticas desenvolvidas em solo brasileiro. Será necessário um largo trabalho de pesquisa oral, dentre as comunidades, para que mais histórias de imigração, possam dar corpo e visibilidade às experiências diaspóricas dos Roms que migraram para o Brasil.

O nomadismo, por outro lado, também engendra um processo discriminatório de longa duração pelos não ciganos, uma vez que é percebido como anátema civilizatório e patriótico. Neste sentido, a noção de progresso, de civilização, de nação, de ética, e de higiene social estão ainda ligados, socialmente e politicamente, à ideia de vida sedentária nas urbes.

Ao compararmos os processos identitários sofridos pelos ciganos Rom com outros imigrantes que se denominam “não-brancos”, como árabes e japoneses, a partir do final do século dezenove no Brasil, nos deparamos, também, com a construção de uma identidade brasileira hifenizada. Porém, através das evidências orais apresentadas ao longo deste trabalho, para além dos processos de negociação com a identidade nacional, evidenciou-se que a agência identitária e etno-política dos Roms foi sempre pautada a partir de um senso de superioridade étnica flexível, um excepcionalismo identitário híbrido. Por outro lado, este excepcionalismo de resistência tende a ser alimentado também pela visão preconceituosa dos não ciganos, que enxergam no nomadismo, e em outras práticas ciganas, um estilo de vida baseado na alteridade.

De modo geral, o anticiganismo é frequentemente usado para indicar atitudes discriminatórias contra roms e calons e exemplifica os estereótipos negativos na esfera pública. Em primeiro lugar, é essencial percebermos que o anticiganismo não é uma “questão minoritária”. É um fenômeno de nossas sociedades, que tem sua origem em como a maioria social vê e trata aqueles que se autodenominam de ciganos. O anticiganismo dá origem a um espectro muito mais amplo de expressões e práticas discriminatórias, incluindo muitas manifestações implícitas ou ocultas (Alliance Against Antigypsyism, 2016). Anticiganismo não é apenas sobre o que está sendo dito, mas sobre o que está sendo feito e o que não está sendo feito. Expressa-se na construção de imagens negativas e até mesmo nas consideradas positivas, através da ratificação de estereótipos.

Não podemos nos esquecer que foram fobias desta ordem (como a do anticiganismo e antissemitismo), que engendraram em grande parte o genocídio nazista na Europa. Estudos acerca do anticiganismo requerem uma certa urgência. Foi somente em 1982 que a Alemanha Ocidental reconheceu que o genocídio havia também sido cometido contra os ciganos. Antes disso, eles frequentemente afirmavam que, ao contrário dos judeus, os Romas e os Sintis não foram alvos por motivos raciais, mas por razões «criminosas», invocando o estereótipo anticigano europeu. Na moderna erudição do Holocausto, o *Porajmos* foi, portanto, reconhecido de modo tardio como um genocídio cometido simultaneamente com a Shoah.

O anticiganismo não resulta da pobreza em que muitos Roms e Calons se encontram, nem da relevância de sua alteridade. A ideia de que promover a integração total dos ciganos ao mundo dos gadjés é o principal caminho para combater o anticiganismo é uma falácia, um atributo próprio do

anticiganismo que não contempla a necessidade da diversidade cigana. Assim, defendemos que anticiganismo deve ser tratado como parte integral das políticas públicas estaduais e federais, e que o tema deve fazer parte também da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, tanto para o ensino fundamental como médio. Para combater o anticiganismo, precisamos, também, academicamente, contribuir com mais pesquisas voltadas às sociedades tradicionais ciganas e apoiar, com este conhecimento, as formulações de novas iniciativas públicas.

Desejamos que este trabalho sobre a migração Romã, ciganidade, representação, anticiganismo e políticas étnicas contribua para o desenvolvimento da historiografia da imigração, bem como estudos sobre preconceito contra grupos étnicos e religiosos na América Latina, além de adicionar uma nova dimensão ao estudo do racismo, da resistência, da diversidade étnica e interculturalidade no Brasil.

Estas comunidades compartilham laços étnicos e sociais que permanecem fortes e vibrantes, bem como influenciam a cultura brasileira e o sincretismo religioso com um estilo de vida excepcionalista pautado na liberdade e na não-conformidade.

REFERÊNCIAS

- Alliance Against Antigypsyism (2016). Antigypsyism: A Reference Paper. *Alliance against Antigypsyism*. 1-15 <https://cutt.ly/dmIEvck>
- Almeida, M. A. de (1852). *Memórias de um Sargento de Milícias*. Universidade da Amazonia. Núcleo de Educação a distância.
- Cairus, B. G. (2019). *Ciganos Roms no Brasil. (In)visibilidades, Imagens e Identidades Diaspóricas na Contemporaneidade*. [Tese de doutorado, Universidade do Estado de Santa Catarina].
- Cairus, B. G. (2018). A construção das identidades diaspóricas dos ciganos brasileiros. *Revista USP*, 117, <https://cutt.ly/xmIEQO2>
- Cairus, B. G. (2007). *Antisemitism in Latin America between Kristallnacht and the outbreak of World War II. Relatório de Pesquisa*. Milton Harris Project, York University.
- Cavalcanti, S. M. R. S. (1994). *Caminheiros do Destino*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- China, J. B. D. (1936). *Os ciganos do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado.
- Coutinho, C. L. R. (2016). *Os Ciganos nos Registros Policiais Mineiros (1907-1920)*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].
- Donovan, B. M. (1992). Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil. *Journal of Social History*, 26(1), 33-53. www.jstor.org/stable/3788811
- Dornas Filho, J. (1948). *Os ciganos em Minas Gerais*. Movimento Editorial Panorama.
- Guimaraes, M. T. S. (2012). *O Associativismo Transnacional Cigano: Identidades, Diásporas e Territórios*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Ferrari, F. (2006). Ciganos Nacionais. *Acta Literaria*, 1(32), 79-96.
- Ferrari, F. (2010). *O mundo passa. Uma etnografia dos calon e suas relações com os brasileiros*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Ferrari, F. & Fotta, M. (2014). Brazilian Gypsology: a view from anthropology. *Romani Studies*, 5(2), 111-136. <https://muse.jhu.edu/article/558417>
- Ferreira, M. de M. (2002). História, Tempo Presente e História Oral. *Topoi*, 314-332. <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006013>
- Folha de Londrina (1999, 30 de agosto). Morre Anibal Khury, o homem mais poderoso da política do Paraná. *Folha Política*.
- Fotta, M. (2012). *The Bankers of the Backlands: Financialisation and the Calon-Gypsies in Bahia*. Goldsmiths College, University of London

- Godfarb, M. P. L. (2013). *Memória e Etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa – PB*. Editora da UFPB.
- Iovanovitch, C. (2008). *Entrevista concedida a Brigitte Grossmann Cairus*. Curitiba, 31 de julho. Entrevista.
- Karpowicz, D. S. (2018). *Ciganos: História, Identidade e Cultura*. Editora Fi.
- Lozano, J. E. A. (2012). Oral History, Biographic Memory and Communication. From Descriptive to Analytic Reflexive Writing. *Oral History Forum*, 32. <http://www.oralhistoryforum.ca/index.php/ohf/article/view/443>
- Mello, M. A. da S., Veiga, F. B., Couto, P. B., & Souza, M. A. de. (2009). Os Ciganos do Catumbi: De “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. *Cidades: Comunidades e Territórios*, 1(18), 79-92. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11967>
- Mello, M. A. da S. & Berocan, F. (2012). Le “Jour national du tsigane” au Brésil. Espaces symboliques, stéréotypes et conflits autour d’un nouveau rite du calendrier officiel. Brésil(s). *Sciences Humaines et Sociales*, 1(2), 41-78. <https://journals.openedition.org/bresils/556>
- Menini, N. C. da R. (2021). *Indesejáveis Necessários: Os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista*. [Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].
- Ministério da Cultura (2001). Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. *Declaração e Programa de Ação*.
- Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial*. <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/apoioproj/apoioproj>
- Ministério Público Federal (1996). *Decreto PNDH II*. Pp.20. <https://cutt.ly/gmIE8hK>
- Ministério Público Federal (2020). 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. *Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa*. MPF. http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/maio_cigano_coletanea_versao_final.pdf
- Moonen, F. (1994). *Ciganos calon no sertão da Paraíba*. MCS/UFPB, Cadernos de Ciências Sociais, João Pessoa.
- Moonen, F. (1999). *Rom, Sinti e Calon: os assim chamados ciganos*. Núcleo de Estudos Ciganos.
- Moonen, F. (2011). *Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil*. http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf
- Mota, Á. V. da (2004). (Org.). *Ciganos: antologia de ensaios*. Thesaurus.
- Nora, P. (1984). *Rethinking France: Les lieux de mémoire*. The University of Chicago Press.
- Passerini, L. (2011). *A memória entre política e emoção*. Letra e Voz.
- Pollak, M. (1993). *L'historien et le sociologue: le tournant épistémologique des années 1960 aux années 1980*. CNRS Editions.
- Portelli, A. (1988). La verdad del corazón humano. Sobre los fines actuales de la historia oral. *Secuencia. Revista Americana de Ciencias Sociales*, 12, 191-196.
- Scheuerman, W. (2018). Globalization, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. In E. N. Zalta (ed.).
- Shimura, I. (2017). *Ser cigano: identidade étnica em um acampamento Calon itinerante*. Amazon.
- Silva, C. & Santiago, E. (2016). História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil. *Educación*, 15(48). <https://cutt.ly/omIRonT>
- Steward, M. (2004). Remembering without Commemoration: The Mnemonics and Politics of Holocaust Memories among European Roma. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 10(3), pp.561-582. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2004.00202.x>
- Teixeira, R. C. (2007). *Ciganos em Minas Gerais: uma breve história*. Crisálida.
- Tomlinson, J. (1991). Cultural Globalization Reconsidered. *BBVA – Open Mind*. <https://cutt.ly/dmIRaHr>
- Vishnevsky, Victor (1999). *Memórias de um cigano*. Duna Dueto

AUTOR

Brigitte Grossmann Cairus. Doutora em História pelo Universidade do Estado de Santa Catarina. Possui Mestrado em História da Diáspora Africana pela York University, Canadá e Bacharelado com Licenciatura Plena em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atualmente é docente do polo de Educação à Distância - NEAD da Uniasselvi em Indaial, Santa Catarina e colabora como pesquisadora com o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação – LEER na Universidade São Paulo – USP e com o Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Conflicto de intereses

El autor declara que no existe conflicto de interés posible.

Financiamiento

No existió asistencia financiera de partes externas al presente artículo.

Agradecimientos

N/A